



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ATA NÚMERO 70/XII/1.^a SL

Aos vinte e sete dias do mês de junho de 2012, pelas 14:15 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho na sala n.º 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 67, 68 e 69;
2. Fixação da redação final do diploma que procede à *"Primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Psicólogos Portugueses, aprovado em anexo à Lei n.º 57/2008, de 4 de setembro"*;
3. Apreciação do parecer sobre a iniciativa europeia COM (2012) 107 – Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre a execução, os resultados e a avaliação global do Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social 2012.
Deputada relatora: Clara Marques Mendes (PSD);
4. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 140/XII (1.^a), da iniciativa de Luís Miguel Monteiro Barros, que solicita a alteração da Lei n.º 3/2012, de 10 de janeiro, de forma a ampliar o seu âmbito de aplicação ao regime do contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP).
Deputado relator: GP do PSD;
5. Discussão e votação na especialidade das propostas de alteração apresentadas pelo PCP e pelo BE no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 9/XII (PCP) – - do Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de março, que "Procede à alteração do regime jurídico de proteção no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, beneficiários do regime geral de segurança social, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro;
6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do PCP propondo a audição do Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social para dar explicações a respeito, designadamente, do agravamento das condições de vida das pessoas com deficiência;
7. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), iniciou a reunião informando da possibilidade de a audição regimental do Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social poder ter lugar no dia 17 de junho, da parte da manhã, ou, em alternativa, a 24 de junho, da parte da tarde, sublinhando que a fixação da data estava condicionada à disponibilidade do Senhor Ministro. Lembrou ainda que, no dia 17 de junho, às 15 horas, estava confirmada a audição regimental do Senhor Ministro da Economia e do Emprego.

Os GP do PS, do PCP e do BE fizeram sentir que era desejável a não coincidência das audições dos ministros.

Atendendo a que a sessão plenária teria início dentro de momentos, o Senhor Presidente propôs e foi aceite por consenso o adiamento para a próxima reunião dos pontos 1, 3, 4 e 5 da Ordem do Dia.

Passando ao segundo ponto da Ordem do Dia, foi cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República e fixada a redação final, sem votos contra, do diploma que procede à primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Psicólogos Portugueses, aprovado em anexo à Lei n.º 57/2008, de 4 de setembro. Foram igualmente aceites as alterações de redação sugeridas na Informação n.º 78/DAPLEN/2012, de 19 de junho, no sentido de aperfeiçoar o estilo do texto em causa, com exceção do proposto para o corpo do artigo 84.º do Estatuto da Ordem dos Psicólogos Portugueses constante do artigo 1.º do projeto de decreto. Assim:

Onde se lê: "... durante um período mínimo de doze meses até à data da realização das primeiras eleições."

Deve ler-se: "... durante um período mínimo de **12** meses até à data da realização das primeiras eleições **para os órgãos nacionais da Ordem.**"

No sexto ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou o requerimento em que propõe a audição do Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, explicando que, sendo as associações de deficientes das mais marginalizadas, prevê-se uma hecatombe no seu funcionamento em virtude da alteração das normas relativas ao respetivo financiamento, havendo algumas que estão prestes a encerrar portas.

O Senhor Deputado Adão Silva (PSD) disse não ver razão para o Senhor Ministro ser ouvido na Comissão expressamente pelo motivo apontado.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de 27 de junho de 2012

Folha de Presenças

(Ata n.º 70/XII/ 1.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Artur Rêgo
Clara Marques Mendes
Idália Salvador Serrão
Inês Teotónio Pereira
Joana Barata Lopes
João Figueiredo
João Paulo Pedrosa
Jorge Machado
José Manuel Canavarro
Maria das Mercês Borges
Mariana Aiveca
Mário Ruivo
Miguel Laranjeiro
Nuno Sá
Sónia Fertuzinhos
Teresa Costa Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

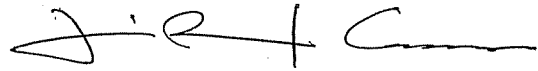
Adriano Rafael Moreira
Arménio Santos
Pedro Roque
Vieira da Silva

Já a Senhora Deputada Idália Serrão (PS) disse que o GP do PS nada tinha a opor à audição do Senhor Ministro para serem discutidas as matérias relativas às pessoas com deficiência e respetivas associações.

Submetido à votação, foi o requerimento apresentado pelo PCP rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas quinze horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Presidente,



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 10 de julho de 2012.